



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

CAMILA DA CONCEIÇÃO

**AS QUESTÕES DE GÊNERO PRESENTES NO COTIDIANO DAS MULHERES
AGRICULTORAS: UM ESTUDO DE CASO NA LOCALIDADE DE BARRA NOVA,
ZONA RURAL DE REDENÇÃO-CE**

REDENÇÃO

2018

CAMILA DA CONCEIÇÃO

AS QUESTÕES DE GÊNERO PRESENTES NO COTIDIANO DAS MULHERES
AGRICULTORAS: UM ESTUDO DE CASO NA LOCALIDADE DE BARRA NOVA,
ZONA RURAL DE REDENÇÃO-CE

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

REDENÇÃO-CE

2018

SUMÁRIO

1. Introdução	p. 03
2. Justificativa	p. 06
3. Delimitação/Problema de pesquisa	p. 08
4. Objetivos	p. 10
4.1 Objetivo geral	p. 10
4.2 Objetivos específicos	p. 10
5. Hipótese	p. 11
6. Fundamentação teórica	p. 12
6.1 Gênero e ruralidade: O trabalho de mulheres na agricultura	p. 12
6.2 Divisão sexual do trabalho rural	p. 15
6.3 Mulher e trabalho rural: Desafios	p. 18
7. Metodologia	p. 21
Referências	p. 23

1 INTRODUÇÃO

Diante das desigualdades de gênero presentes no trabalho rural (Brumer 2004; Heredia, 2006; Esmeraldo, 2003) as mulheres são afetadas diretamente através da falta de reconhecimento, segregação e hierarquização dentro de uma sociedade patriarcal, as quais reforçam o papel de subalternidade comumente relegado à mulher. Nesse sentido, busco analisar, mediante este projeto de pesquisa, as principais questões de gênero e os fatores consequentes do mesmo no grupo de mulheres agrícolas especificamente as mulheres que contém uma faixa etária entre os 40 às 60 anos que residem no distrito de Barra Nova, localizado na zona rural de RedençãoCE, comunidade que – anteriormente – se chamava antigo distrito de São Gerardo e que começou a ser povoada a partir de 1920, com pessoas que vinham do antigo distrito de Acarape do Meio¹.

Segundo Barbosa (2011), sobre o contexto socioeconômico do distrito de Barra Nova, se pode afirmar, que a renda familiar está baseada principalmente na agricultura, especificamente no plantio de culturas tais como o arroz, feijão, fava, milho, e o cultivo de hortas no quintal das casas, etc., tornando estes os principais meios de subsistência das famílias desta região.

Houve uma série de conquistas em prol da equidade de gênero nos últimos anos², fruto de vários embates e ações do movimento feminista por direitos civis, políticos e sociais. Porém, mesmo com uma profusão de medidas regulatórias, a desigualdade de gênero persiste. No meio rural, um exemplo dessa desigualdade, é a falta do reconhecimento que estas mulheres enfrentam, principalmente por que são tidas como sexo frágil, e até mesmo incapazes de reproduzem um serviço dotado como

¹ O maciço de Baturité atualmente divide-se em Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia, Acarape, Aracoiaba, Redenção, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Barreira e Ocara.

² Faço referência ao direito ao voto (estabelecido pela Constituição Federal de 1932), além das diversas medidas, especialmente a partir dos anos 1980, contra a violência às mulheres. Em 1985, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinada ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. Sublinho também a Lei do Femicídio, sancionada em 2015, que inseriu a morte de mulheres como crime hediondo. Outra grande conquista é a criação da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, que julga crimes de violência doméstica. Também faço referência que, em 1997, foi sancionada a lei 9.504, que garante a reserva de, no mínimo, 30% de mulheres candidatas durante as eleições. Ainda, em 2009, a lei 12.034 especificou que os partidos políticos devem ter, no mínimo 30% e no máximo 70%, candidatos de cada sexo.

masculino, mesmo que o papel realizado pela mulher no trabalho agrícola esteja ligado diretamente na renda familiar. Na concepção de Sales (2007, p.437):

A presença feminina nas zonas rurais e no trabalho agrícola se é notável desde a infância, e que apesar das mesmas estarem sendo desvalorizadas e seu trabalho esquecido ainda ocupam as maiores partes da terra, plantando e colhendo trabalhos presentes em casa e no campo, ainda estão lutando pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

Nessa mesma linha, Quaresma (2015) destaca que o trabalho de mulheres na agricultura ainda é compreendido a partir do registro da “ajuda invisível”, apesar de uma das principais fontes de sustentabilidade esteja ligada aos quintais agroflorestais que ao longo do ano mantém o sustento da família:

Mulheres sequer são reconhecidas como trabalhadoras, apenas como “ajudantes” de homens em atividades agrícolas. Também os quintais agroflorestais são espaços secundarizados não reconhecidos como espaços de produção. Ambos possuem íntima relação, pois as mulheres são quem planeja, implementa e cuida do espaço, que, de forma silenciosa, alimenta a família. Quintais agroflorestais produzem bens e serviços diversos distribuídos ao longo do ano. Mulheres trabalham em regime de tripla jornada, cuidando da casa e da família, produzindo no quintal ou na roça, muitas vezes vendendo sua força de trabalho como assalariadas. (QUARESMA, 2015, p. 35)

Partindo da premissa de que o trabalho da mulher no meio rural não é suficientemente valorizado, este projeto se apoiará em alguns autores que abordam as questões de diferenças de gênero existentes no meio rural, buscando analisar as principais formas de subsistência, bem como o papel das mulheres dentro da agricultura.

As diferenças entre gêneros estão expostas em todos os âmbitos da comunidade rural, sendo que o papel imposto à mulher pela sociedade e conseqüentemente pelo marido é de cuidar da casa, dos filhos, do marido e, apesar das mesmas ajudarem na renda familiar, seu trabalho é tido como complementar ou invisível: de modo geral o trabalho feminino é inferiorizado se comparado ao trabalho masculino.

Diante desse quadro, a pesquisa será realizada na comunidade rural de Barra Nova, a qual está localizada a 10km da sede da cidade de Redenção. E pretende investigar junto as moradoras de Barra Nova, todas mulheres, que têm o trabalho agrícola como principal meio de sobrevivência; e que buscam outros meios complementares para auxiliar na renda familiar.

Este tema possui como relevância social a busca pela visibilidade e valorização do trabalho agrícola feminino para a sociedade. Assim, antecipo que busco proporcionar uma discussão sobre o tema 'gênero e trabalho' no meio rural, mostrando a relevância do trabalho da mulher como forma de promover a luta pela equidade de gênero. Além disso, não há dados ou estudos produzidos acerca do tema nos municípios que compõem o Maciço de Baturité. Nesse sentido, a contribuição que uma investigação, levada a cabo por uma estudante da UNILAB, oriunda desta comunidade, está diretamente vinculada ao princípio da interiorização, que é, sobremaneira, uma forma de desenvolver, discutir e promover temas que, até então, ficariam restritos aos grandes centros.

2 JUSTIFICATIVA

Ao observar o cotidiano de algumas mulheres de Barra Nova³ foi possível perceber a luta pela manutenção e sustento casa. Muitas mulheres agricultoras, no período do plantio, produzem alimentos, principalmente o arroz, a fava, o feijão, o milho, por exemplo, e trabalham incansavelmente para cuidar de seus roçados, cuja rotina de trabalho inicia às cinco da manhã e termina apenas no final da tarde. Além dos afazeres domésticos, as mesmas cuidam de suas plantações e buscam uma renda extra, por meio dessas e de outras atividades, para prover o sustento da família. O interesse pelo tema surgiu, como já referido, através de observações do dia a dia das mesmas: trata-se uma rotina cansativa, porém necessária para manter a casa e os filhos. Por mais que as mesmas trabalhem de maneira efetiva, existe uma grande invisibilidade através do próprio marido, ou até mesmo da própria família diante o trabalho feminino no setor agrícola, uma vez que o mesmo é considerado complementar e/ou como um que diz respeito ao universo masculino. Deste modo, o seguinte projeto de pesquisa visa estudar as principais questões que tangem a desigualdade de gênero presentes no distrito de Barra Nova, analisando também as principais consequências e as formas com que essas disparidades se apresentam. Além disso, buscarei entender quem são essas mulheres, como forma de compreender a divisão sexual do trabalho rural e sua participação no núcleo familiar, a partir de reflexões suscitadas pela leitura de Quaresma (2015, p. 35) que pondera:

A perspectiva de gênero no estudo das relações sociais e produtivas no mundo rural é necessária e indispensável, dada a emergência de se analisarem profundamente os papéis sociais de mulheres e de homens. Desvelar as desigualdades existentes é o primeiro passo para construir a estrutura necessária para superá-las e avançar na mudança da história de injustiças e contradições que pesa sobre as mulheres, especialmente as camponesas.

Sendo assim, o presente estudo tem sua importância por abordar os entraves e assimetrias de gênero existentes no meio rural, levando em conta a importância dos trabalhos destas mulheres. Busco, também, estabelecer um diagnóstico sobre a

³ Os fatores que determinaram a aproximação com este tema partiram das observações sistemáticas da realidade, visto que a experiência de viver neste espaço rural, uma vez que sou proveniente de Barra Nova, contribuiu para as primeiras indagações, ainda imaturas, sobre o tema em questão. Assim, minha experiência como mulher e moradora de Barra Nova despertaram minhas primeiras questões sobre gênero e ruralidades.

situação do trabalho feminino para, então, promover incentivos para que estas mulheres de Barra Nova procurem seus direitos como trabalhadoras agrícolas. Este trabalho, além de discutir relações de gênero, portanto, busca incentivar as mulheres a conquistar seus espaços.

Segundo os dados do IPECE de 2015, acerca do perfil básico do município de Redenção, consta que esta cidade foi criada em 1868, sendo que o município de origem é Baturité. O censo em 2015 retrata que em 2010 o número de habitantes que residem na zona urbana era de 15.134 habitantes e na zona rural 11.281 habitantes, sendo que do total destes números 13.122 são homens e 13.293 são mulheres.

Conforme mencionado, o interesse pela pesquisa sobre gênero e ruralidade na localidade de Barra Nova surgiu, primeiramente, da minha experiência como moradora. Há uma inquietação, iluminada por Kergoat e Hirata (2007), que diz respeito às grandes divisões sexuais, presentes no trabalho agrícola a qual se divide em: princípio da separação, bem como uma nítida hierarquização (o homem como produtor e a mulher como mera reprodutora). É nesse sentido que hoje busco pesquisar e entender como se processam essas relações desiguais e assimétricas, compreender como se engendram e se estruturam, para, por fim, combater a precarização do trabalho da mulher agricultora em Barra Nova.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente é notório que as mulheres estão cada vez mais conquistando seu espaço no mercado de trabalho, tanto nas zonas rurais, quanto nas zonas urbanas. Porém, ainda que haja avanços no que tange à equidade de gênero, muitas dessas mulheres ainda padecem de sérias assimetrias, relacionadas ao mundo do trabalho. Nesse sentido, as mulheres das zonas rurais que desenvolvem trabalhos, sejam de natureza doméstica, organizativa ou produtiva, não são dotadas de um reconhecimento das atividades desempenhadas. Tal desprestígio, que incorre em imediata desvalorização desse labor, acarreta em ainda mais iniquidades relacionadas às questões de gênero. No desenvolvimento do projeto, o foco será em discussões sobre gênero, trabalho e ruralidades, tendo como principais autores Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), Anita Brumer (2004) e Cintrão (2006), para formularmos um *corpus* teórico que nos auxilie a discorrer sobre divisão sexual no trabalho rural, a situação da mulher diante dos trabalhos rurais e as questões de gênero que orientam valores e contravalores associados aos papéis atribuídos a homens e mulheres.

As desigualdades de gênero são constituídas por um conjunto de fatores sócio-históricos. No caso das áreas rurais, tais iniquidades se combinam com outros fatores:

As desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem num conjunto de outras desigualdades sociais, que se expressam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana, bem como na comparação entre as diferentes regiões do país. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.2)

Diante tais afirmações citadas anteriormente, indago: Como acontecem as divisões do trabalho rural e o papel da mulher perante uma flagrante situação de dessemelhança? Para responder tal indagação, sigo a argumentação de Anita Brumer (2004), que pontuou que as mulheres ainda possuem uma posição de subordinação perante o trabalho masculino; bem como a argumentação de Hirata e Kergoat (2007), as quais citam que as mulheres ainda estão associadas às esferas reprodutivas, enquanto os homens se responsabilizam pela esfera produtiva, assim participando dos meios políticos, militares etc.

Outras questões que surgem e devem ser analisadas são: quais seus papéis diante a sociedade rural e qual o contributo da mulher para a renda familiar?

Como é visto a sua participação no meio agrícola? Como se dá a visibilidade social e o reconhecimento do trabalho feminino em Barra Nova? Há reconhecimento?

Diante de tais questionamentos, busca-se uma compreensão da divisão sexual no trabalho rural, focando nessas questões para elucidar os principais desafios e necessidades das mulheres de Barra Nova, sua participação nos núcleos familiares e nos espaços públicos, bem como suas atuações direta e indireta na renda familiar. Em outros termos, procuro compreender o contexto social de Barra Nova no qual se inserem costumes, valores e as formas hierárquicas da separação de gênero presentes na cultura agrícola. Através de observações diretas pude ver que é de suma importância a compreensão desse universo, pois a elucidação de tais questionamentos, que serão investigados a partir de uma dimensão qualitativa, poderão auxiliar na resposta de temas mais amplos sobre questões de gênero e ruralidades.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar questões de gênero implicadas no universo do trabalho agrícola das mulheres residentes na comunidade de Barra Nova, zona rural de Redenção/CE.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a divisão sexual do trabalho rural na comunidade de Barra Nova, bem como a participação feminina nos diferentes espaços, público e privado;
- Analisar e diagnosticar as principais necessidades das mulheres da zona rural e seus maiores desafios no tocante ao trabalho desempenhado na agricultura;
- Descrever as pluriatividades das mulheres de Barra Nova, bem como se estabelecem as invisibilidades diante das relações trabalhistas;
- Averiguar as condições socioeconômicas, simbólicas e culturais das mulheres de Barra Nova, zona rural de Redenção.

5 HIPÓTESE

Existe uma série de desigualdades ou mesmo desafios enfrentados pelas mulheres no âmbito do trabalho agrícola no município de Redenção, especialmente quando estão relacionados ao debate de gênero nas comunidades localizadas nas zonas rurais deste município. Partindo desse pressuposto, conjeturo que a desvalorização do trabalho agrícola do sexo feminino e a invisibilidade das mulheres agricultoras é latente tanto dentro de casa quando está imposta a um papel de subordinada, quanto no trabalho quando é vista como sexo frágil e trabalha sem remuneração, embora haja poucos estudos sobre a região na qual Redenção está inserida, qual seja, o Maciço de Baturité. Em vista disso, e tomando a premissa sobre as parcas condições do trabalho agrícola de mulheres, que este projeto se insere.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de estabelecer um alicerce para a construção da pesquisa, cujo o tema são as questões de gênero presentes no cotidiano das mulheres agricultoras de Barra Nova, zona rural de Redenção-CE, serão utilizadas fontes bibliográficas de autores que, em suas pesquisas, abordam esse tema, assim proporcionando uma compreensão e diferentes enfoques sobre as questões de gênero existentes na zona rural.

O primeiro tópico, estará voltado para o trabalho das mulheres na agricultura, destacando a invisibilidade e a desvalorização do trabalho feminino no meio rural. Em seguida, abordaremos as divisões sexuais de trabalho, mostrando quais papéis são relegados (e esperados) para os homens e para as mulheres, tanto socialmente, quanto laboralmente. No último tópico da fundamentação teórica, abordaremos os principais desafios existentes no trabalho agrícola, questões essas voltadas para a discussão sobre mulheres agricultoras. Contudo, o tema principal desta última seção está voltado para as formas de divisões das terras familiares, mostrando as formas patriarcais e machistas que permeiam as divisões de terras.

6.1 Gênero e ruralidade: O trabalho de mulheres na agricultura

Utilizamos a palavra gênero para “dar conta de relações que são socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento do convencional gênero feminino e masculino, suas variações e hierarquização social” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 305), de modo que: A noção de “gênero” se relaciona com a cultura, sendo formadora e formada por ela, ou seja, é a forma como a sociedade lida com as diferenças entre os sexos. Nesta concepção, as diferenças entre comportamentos de homens e mulheres são resultantes da ação da cultura dominante sobre as representações e comportamentos de homens e mulheres. Assim, o conceito de gênero questiona o que é dado como natural e biológico, demonstrando que o papel da mulher na sociedade pode ser alterado com benefícios para o todo (CASTILHO E SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 186)

Em todo o mundo se encontram medidas e coerções culturais e simbólicas que, em particular, impõem um papel específico para cada gênero. Assim, percebemos que cada indivíduo já nasce “predestinado” a seguir um determinado padrão, que em realidade não é inato, mas imposto arbitrariamente:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas

proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 21).

Na mesma linha do pensamento de Scott (2010), a qual entende gênero como um modo de dar significado às relações de poder, dentro de uma disputa que é política, sobre a injustificada submissão das mulheres e o papel de opressor designado ao homem, Silva e Schneider (2010, p. 189), mostram que:

Além da obrigação do marido em ser o responsável pela família, desobrigando a herança para as mulheres, o trabalho realizado na propriedade, considerado “ajuda”, não legitimava, sequer para elas mesmas, o recebimento de parcela da herança, reforçando as formas tradicionais de organização das famílias e a dependência em relação aos homens (pai, marido ou filho). (2010, p. 189)

Segundo Brumer (2004, p. 210), mesmo exercendo diversas atividades, as mulheres ainda possuem uma situação subordinada e seus trabalhos são considerados como ajuda principalmente pela sociedade um tanto machista, até mesmo na visão de muitas mulheres, mesmo sendo seu trabalho igual ou maior do que o dos homens.

As mulheres representavam 72% das pessoas ocupadas em atividades de produção voltadas para o consumo, um peso significativo. [...]o que é uma indicação adicional de que o trabalho da mulher nas atividades de consumo (em geral relacionadas ao “quintal”) é visto como uma extensão do trabalho doméstico, reforçando a invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura familiar. A não auto identificação das mulheres como trabalhadoras na agricultura pode estar também se refletindo no fato das mulheres representarem apenas 33% do total da população ocupada na agricultura, número 15% inferior ao peso das mulheres na população rural (48% em 2002), indicando que uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura, provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 5)

Desta forma, Cintrão e Heredia (2006) refletem sobre o fato das mulheres internalizarem de que não trabalho feminino, contudo destacando que o trabalho agrícola é apenas uma extensão, ou seja, um complemento para o trabalho já realizado em casa, conseqüentemente fazendo com que muitas delas não considerem a agricultura uma forma de “trabalho”, pelo fato do mesmo não ser uma atividade remunerada.

Como citado por Pereira (2009), as mulheres não possuem a devida visibilidade, mesmo que as mesmas sejam as chefes de suas casas,

consequentemente sendo associada como inferior ao homem. O ser masculino, por sua vez, mesmo não exercendo as tarefas domésticas, é visualizado pela sociedade como alguém que não é o responsável, como um coadjuvante, sendo que tais papéis deveriam ser atribuídos igualmente para ambas as partes.

Seguindo essa linha de argumentação, Anita Brumer (2004) revela que na divisão do trabalho, crianças jovens e mulheres ocupam um papel de subordinação.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. BRUMER, Anita (2004, p.210)

BRUMER, *Apud* ALMEIDA, *et all* (2014, p.5), declaram ainda que:

A discriminação e o machismo decorrem da divisão social que se desenvolve nas unidades familiares de produção, onde existe uma divisão fundamentada em dois princípios: o princípio da separação – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e o princípio da hierarquização – o trabalho dos homens vale mais que o trabalho das mulheres. (BRUMER, *Apud* ALMEIDA, *et all*, 2014, p.5).

Contudo podemos observar a criação de um ambiente hierarquizado, onde o homem ocupa um papel superior em relação a mulher, e que o papel da mulher feminino foi construído dentro de uma sociedade em que a mesma é constrangida a se submeter ao poder patriarcal.

Brumer (2004), apesar da falta de visibilidade dos trabalhos executados por mulheres na zona rural, ressalta que elas desempenham além dos papéis que lhes são impostos, trabalhos extras para obter uma renda melhor para sua família, como a criação de pequenos animais (galinhas, porcos, patos, carneiros, etc.) e de pequenas hortas que são construídas nos quintais de suas casas, nas quais plantam legumes e verduras para vender dentro das suas comunidades, criando assim um espaços socioeconômicos, mas ainda considera-se tais atividades como secundárias. Cambuzzi (2013, p.5), fala que o papel desempenhado pelas mulheres em suas atividades cotidianas, como na criação de pequenos animais e de hortas nos quintais de suas casas, contribui efetivamente para uma melhor preservação da paisagem rural.

Lombardi (2006, p.1), por sua vez, afirma que a participação da mulher no meio rural contribui de maneira satisfatória e positiva na esfera econômica e social. Segundo Julieta Amanda Theodora de Almeida *et al* (2014, p. 3748) trabalho este que gera lucros em diversas esferas sociais, contribuindo efetivamente na renda familiar, bem como no desenvolvimento social e alimentício das pessoas de diversas classes sociais, pois são estas responsáveis pelo plantio e produção da maior parte desses alimentos

Perante o que se foi apresentado, podemos verificar que mesmo que a maioria das mulheres se perceba agricultora, existe grande parcela de mulheres que não se sente parte desta profissão, apesar de exercerem seus trabalhos na lavoura, em casa, na horta e nos demais espaços da propriedade rural. “Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor” (GOUVEIA, 2003, p. 45).

De acordo com CARNEIRO (2001, p.1), as mulheres sempre desempenharam um papel importante na construção do desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural. Sua importância não se limita à participação nas atividades agrícolas, ela está intimamente ligada aos costumes, tradições e valores, mas ainda assim sua participação e seu trabalho são cada vez mais desvalorizados e invisíveis no meio agrícola.

Desta forma, estes autores mostram que existe uma questão social (bem como uma lógica patriarcal), a qual gera uma hierarquia e papéis arbitrariamente definidos entre homens e mulheres de cada sociedade. Tais papéis dão à mulher, invariavelmente, uma condição de subordinação e de inferiorização em relação ao gênero masculino, assim proporcionando a manifestação do machismo na sociedade e ofuscando o trabalho feminino diante a sociedade.

6.2 Divisão sexual do trabalho rural

Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 597) a divisão sexual foi criada na França, nos anos de 1970, com o objetivo de repensar as formas trabalhistas: as feministas que tomavam a frente do movimento buscavam a visibilidade dos serviços domésticos, para serem reconhecidos como uma forma de trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à

esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 559) a divisão sexual do trabalho acontece a partir de dois princípios, são eles: princípio da separação e princípio da hierarquia. O primeiro se trata da divisão de trabalho entre homens e mulheres e o segundo refere-se ao fato de o trabalho masculino ter um valor superior ao trabalho feminino. Cordeiro (2007) mostra que a presença feminina na agricultura familiar é grande, porém existe uma parcela enorme dessas mulheres que não recebem nenhum rendimento referente aos seus trabalhos.

Como já visto anteriormente, o trabalho da mulher vem sendo retratado como uma maneira de complementar a renda familiar das famílias que vivem da agricultura. Desta forma o papel da mulher é visto como privado, privatização está correspondente ao lar, sem visibilidade e privada de remuneração.

Uma outra especificidade no caso das mulheres na área rural é que não poucas vezes as mulheres e filhos pertencentes a unidade de trabalho familiar vão com o marido realizar trabalhos como assalariados, mas na medida em que o pagamento é baseado na tarefa e produção realizada, o pagamento é único, indivisível e feito ao chefe de família. (...) essas características do trabalho feminino agrícola fazem com que muitas vezes essa invisibilidade resulte na escassez ou até ausência de dados estatísticos oficiais relativos às mulheres. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.5)

Segundo Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (2003), os elementos que constituem uma mulher do campo estão ligados, basicamente, à maternidade. Sendo assim, o lugar que ocupará diante do grupo familiar é de suma importância para a sua construção; a *priori* o casamento é o que lhe dará mais visibilidade perante a sociedade, em seguida a reprodução e a atividade de 'dona do lar' são tidos como essenciais para sua reputação.

Diante de tais construções sociais que atribuem ao homem o papel de responsável pela manutenção do lar, a mulher fica apenas com as atividades que, supostamente, requerem um menor esforço físico, como cuidar da limpeza das terras, da colheita, da educação dos filhos, do trabalho doméstico, sendo assim, privada, muitas vezes, de uma renda própria. O possível ganho, conseqüentemente, vai para o mantimento de sua casa:

[...] nas famílias que trabalham em regime de economia familiar, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, também se responsabilizam pela criação de pequenos animais e pela horta, além de participarem ativamente nos trabalhos agrícolas, todavia, suas atividades não são consideradas como trabalho por não terem um retorno econômico. [...], portanto, não fazem parte da composição da renda familiar [...], o que torna invisível o papel da mulher na agricultura familiar (COSTA; NUNES, 2014, p.4).

Segundo Nunes Costa (2014), as mulheres se responsabilizam pelo trabalho doméstico, incluindo cuidados com a horta, com animais, ou sejam, trabalhos esses que na maioria das vezes não possuem um retorno econômico para a família, assim tornando invisível o trabalho feminino no meio rural.

Segundo Brumer (2004), papel do homem se volta principalmente aos trabalhos que necessitam de uma força física, como o uso de ferramentas pesadas, cortar lenhas para fazer fogo (a maior parte das casas de zona rural ainda se usa fogão à lenha), fazer cercas, e manusear maquinário.

O homem se responsabiliza também pela parte administrativa, seja no trabalho buscando recursos e investimentos, seja em casa administrando o que fica para o consumo e o que sai para o comércio.

afinal, eles devem prover a casa. Ainda é muito forte a visão que a renda da mulher é apenas uma ajuda no orçamento doméstico, mesmo que hoje 1/3 das famílias brasileiras seja chefiada por mulheres.... Por sua vez, o envolvimento dos homens com tarefas domésticas e com o cuidado com as crianças é tratado de forma consensual por todos/as como uma ajuda. No entanto, essas duas responsabilidades deveriam ser compreendidas como atribuições tanto do homem quanto da mulher. (PEREIRA, 2009, p. 16)

O trabalho feminino é considerado um complemento de renda, mesmo que elas estejam a frente das responsabilidades familiares. O trabalho masculino é considerado como primordial mesmo que seja de pouca participação. Contudo, se pode perceber que a divisão do trabalho acontece de uma forma muito desigual em relação ao homem e a mulher.

6.3 Mulher e trabalho rural: Desafios

Segundo Carneiro (1994), as participações diretas das mulheres nos movimentos do campo só ganharam visibilidade a partir da década de 1980. Até então, eram invisíveis suas lutas em busca de melhores condições de trabalho.

A ênfase em diferentes reivindicações e a diversidade de formas de luta e de organização estão relacionadas a situações específicas vividas por diferentes categorias de trabalhadores rurais no processo de integração e exclusão a que foram submetidos. (CARNEIRO, 1994, p. 13-14)

Segundo Carneiro (1994), a luta dessas mulheres está diretamente relacionada aos movimentos de resistências às formas de exploração sofridas no trabalho rural.

Contudo, esta visibilidade se dava através da participação dos maridos e de membros da família, dando uma representatividade à família dentro dos movimentos sociais. (Carneiro, M. J., 1994, p. 11)

“Até então, a inserção feminina nos movimentos sociais no campo realizava-se, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares.”

Para Brumer (2004), um dos pontos a se destacar sobre a invisibilidade da mulher perante a sociedade se caracteriza pelo fato de vivermos em uma sociedade tanto paternalista como machista, conseqüentemente atribuindo ao homem o papel de responsável pela família.

Diante de uma sociedade permeada por assimétricas divisões sexuais, podemos encontrar diversos fatores que impõem à mulher um papel inferior, tanto no trabalho como na divisão de heranças.

Segundo Carneiro (2001), a terra, até meados dos anos 60, era considerada o principal meio de sobrevivência das famílias rurais, fazendo com que as mesmas buscassem melhorias para a ampliação de seu patrimônio, para conseqüentemente os filhos homens se estabelecessem em unidades de produções agrícolas.

[...] a responsabilidade do pai é zelar por este patrimônio coletivo, cuidando de transmiti-lo às demais gerações. Esta propriedade, encarnada na figura do chefe da família, é o símbolo da unidade e da identidade familiar que deverá reproduzir-se no tempo através dos laços familiares e da partilha desigual. (CARNEIRO, 2001, p. 24)

Segundo Brumer (2004), as moças - diferentes dos rapazes - exerciam

suas atividades dentro de casa junto com suas mães, ajudando-as nos trabalhos domésticos e nos trabalhos produtivos.

Existem diferenças no processo profissional entre homens e mulheres: as moças geralmente são “excluídas” das atividades agrícolas, sendo reservadas apenas para as atividades domésticas, conforme aponta Brumer (2008):

[...] à medida que os filhos do sexo masculino ficavam adultos, os pais procuravam proporcionar terras para todos, resultando na divisão dos estabelecimentos agropecuários em tamanhos bastante reduzidos e na ida de membros da nova geração para regiões com terras mais baratas, isto é, para os novos espaços da fronteira agrícola (individualmente ou através de projetos de colonização ou de ‘reforma agrária (BRUMER, 2004, p. 218).

Para Brumer (2004), as filhas dos proprietários de terra recebiam um dote, que muitas vezes vinha acompanhado de um enxoval, utensílios domésticos e uma vaca.

Às mulheres restavam, portanto, três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil. Ao casar, a mulher ingressava na família do marido. Obedecendo à regra de residência patrivirilocal, ela ia residir com os sogros no caso de se casar com o sucessor, submetendo-se, assim, à autoridade destes até ao fim das suas vidas. (CARNEIRO, 2001, p. 33)

Segundo Brumer e Dos Anjos (2008, p. 13)

“As mulheres, ao mesmo tempo em que não são reconhecidas como prováveis “chefes” da unidade produtiva, entram nesta atividade através do casamento”.

Segundo Carneiro (2001), ao se casar, a filha do proprietário da terra perde o direito à herança pelo fato de sair da casa de seu pai, conseqüentemente deixando de contribuir com seu trabalho na renda familiar.

Neste sentido, podemos dizer que a esposa era triplamente excluída da herança da terra na região colonial alemã e italiana. Inicialmente, porque ela não é descendente do proprietário (o marido), depois porque o seu trabalho na lavoura familiar era visto como “ajuda” inerente ao desempenho do seu papel de esposa e, finalmente, porque ela não era tida como capacitada socialmente para exercer o papel de chefe da unidade produtiva. (CARNEIRO, 2001, p. 34)

Pode-se observar nas citações anteriores que segundo os autores referidos existe uma grande diferença na partilha das heranças das famílias. Os homens ficam com a

maior parte das terras, as filhas se casam e passam a ser submissas a seus maridos e aos trabalhos domésticos, herdando apenas um pequeno dote e utensílios domésticos, as esposas por sua vez eram excluídas da herança, pois apesar de não ser descendente do marido, seu trabalho era visto como uma forma de ajuda e não pertencia ao papel produtivo.

Após essa breve digressão teórica, finalizo ponderando que na agricultura o papel feminino é visto com inferiorização e subordinação, colocando-as em um patamar abaixo em relação ao universo masculino. As mulheres são ensinadas desde a infância a exercerem papéis tidos como 'femininos', papéis estes que são voltados ao cuidado da casa, do marido, dos filhos e à execução de trabalhos domésticos. Por outro lado, o trabalho da mulher na agricultura é visto apenas como complemento da renda familiar. Os homens são considerados os de 'sexo forte' que sustenta a casa e dá conta do trabalho pesado; de modo que este é visto pela sociedade como superior à mulher por ser o responsável pelo sustento da família. Tendo em vista estas questões, se pode perceber a invisibilidade sofrida pela mulher, a qual lhe impossibilita, muitas vezes, de reivindicar direitos como trabalhadora agrícola.

7 METODOLOGIA

Este projeto tem como objetivo principal analisar questões de gênero e trabalho das mulheres residentes na comunidade de Barra Nova, especialmente implicados no universo da agricultura. Para a realização do mesmo, se utilizará da abordagem qualitativa para se obter um melhor resultado no processo de análise. Dentre os instrumentos de coleta da pesquisa qualitativa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, observações do cotidiano (que serão relatadas em diários de campo) e entrevistas em profundidade com as mulheres agricultoras da comunidade. Segundo John Creswell (2011, p. 26), o método qualitativo é utilizado para compreender melhor os dados coletados no ambiente pesquisado.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Segundo GOLDENBERG (2004), o objetivo da pesquisa qualitativa é a compreensão dos dados coletados:

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc. (GOLDENBERG, 2004, p.14)

Para o procedimento do projeto de pesquisa e para uma melhor apuração de dados e informações úteis para tal procedimento, optou-se pelo estudo de caso, método este de suma importância para a coleta de dados em relação ao estudo das desigualdades de gênero presente no ambiente pesquisado. Segundo YIN (2001, p.21), “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Ainda, tal perspectiva é capaz de lidar com formas de pesquisas como, entrevistas, documentos, observações entre outros. A escolha de tal método deve-se em razão de um aprofundamento do tema analisado, assim possibilitando uma proximidade da vida, das formas de trabalhos e uma melhor compreensão através de entrevistas com as mulheres estudadas

Além disso, procederei à pesquisa participante (ou observação participante). A pesquisa participante possibilita ao pesquisador uma melhor compreensão da realidade vivida através de práticas no ambiente as quais serão analisadas. Nesse sentido, tal abordagem permitirá uma análise densa do cotidiano das mulheres agricultoras de Barra Nova.

A pesquisa participante será aliada à realização de entrevistas semiestruturadas e abertas:

É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e poder ser respondidas dentro de uma conversa informal (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.197).

Tais técnicas de entrevista permitem uma coleta de dados mais eficaz, obtendo informações satisfatórias da área pesquisada.

Além disso, ainda sobre as técnicas utilizadas para a realização da pesquisa, serão feitos registros através de diários de campo e de gravadores que acompanharão a pesquisa nas entrevistas, para uma apuração de dados mais adequada.

Como já referido, a pesquisa será realizada na comunidade de Barra Nova. Após a pesquisa ser finalizada o resultado será apresentado tanto para mulheres que participaram da pesquisa, quanto a outras mulheres que residem na comunidade: o intuito é realizar uma roda de conversa, que as possibilitará a compreensão do trabalho que fora realizado com elas e as principais finalidades do mesmo.

Esta roda de conversa será realizada na Escola Luís Dias Damasceno, localizada em Barra Nova, e terá a finalidade de colocar em pauta as principais informações contidas no projeto, para que assim se crie um debate entre as mesmas sobre as questões que dificultam uma participação visível das mulheres diante na comunidade agrícola. Viso proporcionar a estas mulheres uma visão de mundo diferente, a qual poderá promover incentivos de uma busca pela equidade de gênero dentro da agricultura.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Julieta Amanda Theodora de. *et al.* **A invisibilidade Parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas**. Recife: Editora UFRP, 2014.
Disponível em: <<https://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/07/1957-4759-1-PB.pdf>>
- BARBOSA, Ana Emília Maciel. **Descobrimo e construindo Redenção/ Ana Emília Maciel Barbosa...** [et al].- Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011. p.156
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Maciço do Baturité – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011. 343p.: v 1. il < Disponível em: <http://projects.mcrit.com/ceara/attachments/article/187/PTDRS%20Maci%C3%A7o%20de%20Baturit%C3%A9.pdf> > BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**. Presidente Prudente. 2008.11(12) p.6-17
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista estudos feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, Jan/Abril de 2004, p. 205-235. < Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf> >
- BUENO, Caroline Tapia. **Agricultura Familiar e Trabalho Feminino: O Caso da Localidade de Picada Feliz, 7º distrito de São Lourenço do Sul/RS**. Curitiba: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 4 – Questões de gênero, geração e sexualidade no campo, 2017.
<Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt04_1504895508_arquivo_singartigo.pdf>
- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. 1994. 2. p. 11-22.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis. 2001. 1.p. 22-55. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2001000100003&script=sci_abstract&tlng=pt >
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro A. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.
- ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Ceará no feminino: as condições de vida da mulher na zona rural**. et al. Fortaleza: Editora UFC, 2003.
- GOLDENBER, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HEREDIA, Beatriz, Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera Presidente Prudente** – Ano

9, n. 8 – Janeiro/Junho de 2006 – p. 1-28 - ISSN 1806-6755 < Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF> >

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE) < Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Desktop/OneDrive/textos%20tcc/Redencao.pdf> >

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, K.; MACEDO, G.; REZENDE, M. (orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.